



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000915-93.2016.8.24.0060

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 30/2016-CGJ

Período da correição: 22-8-2016 a 24-10-2016

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Analista Jurídico: André Pacheco



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
de Santa Catarina

## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capivari de Baixo

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Capivari de Baixo

Juiz titular: Rachel Bressan Garcia Mateus

Chefe de cartório: Viviane Olivier Alves Serafim

Última correição por equipe da CGJ/SC: 26-8-2013 a 25-10-2013 - 0012365-38.8.24.0600

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	10.358
1.1.2 Processos em andamento	9.641
1.1.3 Procedimentos em andamento	717

#### Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).  
Mês de referência Outubro de 2016 (fl. ).

b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 3.117 referem-se a processos de Execução Fiscal.

c) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 593 referem-se a processos do Juizado Especial Cível.

d) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 299 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	6.577
1.2.2 Processos em andamento	5.917
1.2.3 Procedimentos em andamento	660

#### Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).  
Mês de referência Outubro de 2016.

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos conclusos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	1.677	1.149	2.826

#### Observações

a) Informações obtidas em 01/12/2016.

### 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	4.477	373,08
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	2.693	224,42
1.4.3 Janeiro a setembro de 2016	1.876	208,44

#### Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

### 1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	1.983
Cível - Genérico - Processo	
1.5.1.1 Ag. Encerramento do Ato	7



1.5.1.2	Ag. Impressão - Vara	1
1.5.1.3	Ag. Prazo	58
1.5.1.4	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	1
1.5.1.5	BacenJud - Concluso/Decisão	3
1.5.1.6	Concluso - Recurso	4
1.5.1.7	Concluso - Urgente	9
1.5.1.8	Concluso para Despacho	84
1.5.1.9	Concluso para Despacho - Emenda da Inicial	7
1.5.1.10	Concluso para Despacho Inicial	19
1.5.1.11	Concluso para Julgamento Antecipado	1
1.5.1.12	Concluso para Sentença	249
1.5.1.13	Concluso 8 Criminal - Genérico - Processo	1
1.5.1.14	Ag. Audiência	2
1.5.1.15	Ag. Encerramento do Ato	39
1.5.1.16	Ag. Impressão - Vara	1
1.5.1.17	Ag. Prazo	167
1.5.1.18	Concluso para Sentença	12
1.5.1.19	Cumprir - Urgente	1
1.5.1.20	Recebido do Juiz - Sentença DTR - Fiscal - Seção I - Processo	1
1.5.1.21	Aguardando Manifestação do Executado	1
1.5.1.22	Concluso para Despacho Execução Fiscal - Processos	16
1.5.1.23	Ag. Análise Cartório - Citação	2
1.5.1.24	Ag. Encerramento do Ato	237
1.5.1.25	Ag. Prazo	822
1.5.1.26	Concluso para Despacho	3
1.5.1.27	Concluso para Despacho Inicial	4
1.5.1.28	Concluso para Sentença Execução Penal - Processo	3
1.5.1.29	Ag. Encerramento do Ato	2
1.5.1.30	Ag. Prazo	1
1.5.1.31	Benefícios Suspensos Família - Processo	1
1.5.1.32	Ag. Encerramento do Ato	4
1.5.1.33	Ag. Prazo	10
1.5.1.34	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	2
1.5.1.35	BacenJud - Concluso/Decisão	3
1.5.1.36	Concluso - Recurso	3
1.5.1.37	Concluso - Urgente	3
1.5.1.38	Concluso para Despacho	26
1.5.1.39	Concluso para Despacho Inicial	2
1.5.1.40	Concluso para Sentença	15
1.5.1.41	Cumprir - Urgente	3
1.5.1.42	Recebido do Juiz - Sentença Juizado Especial Cível - Processo	1
1.5.1.43	Ag. Audiência	2



1.5.1.44	Concluso - Urgente	2
1.5.1.45	Concluso para Despacho	16
1.5.1.46	Concluso para Despacho Inicial	2
1.5.1.47	Concluso para Sentença Juizado Especial Criminal - Processo	78
1.5.1.48	Ag. Audiência	1
1.5.1.49	Ag. Encerramento do Ato	36
1.5.1.50	Concluso para Despacho	1
1.5.1.51	Concluso para Sentença Juizado Especial Fazendário - Processo	4
1.5.1.52	Ag. Prazo	6
1.5.1.53	Concluso para Despacho Inicial	4

#### Observações

- a) Informações obtidas em 01/12/2016.
- b) Na data de 1/12/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:
  - b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 17 processos na fila. O mais antigo data de 16/9/2016.
  - b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.
  - b.3) Cumprir urgente: existem 143 processos na fila. O mais antigo data de 21/7/2016.
  - b.4) Recebido do Juiz.  
Recebido do Juiz - Despacho: existem 338 processos na fila. O mais antigo data de 5/9/2016.  
Recebido do Juiz - Decisão: existem 132 processos na fila. O mais antigo data de 12/8/2016.  
Recebido do Juiz - Sentença: existem 132 processos na fila. O mais antigo data de 16/3/2016.
  - b.5) Escrivão: existem 19 processos na fila. O mais antigo data de 21/9/2016.
  - b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 21 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.
  - b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0000683-34.2016.8.24.0163, 0301810-02.2014.8.24.0163, 0301176-06.2014.8.24.0163, 0000116-71.2014.8.24.0163, 0002511-70.2013.8.24.0163), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).
  - b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0900021-23.2015.8.24.0020, 0002519-47.2013.8.24.0163, 0002514-25.2013.8.24.0163, 0001295-40.2014.8.24.0163, 0300118-65.2014.8.24.0163), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.  
Fila Petição intermediária
  - b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 750 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 8/11/2016.
  - b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 167 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 27/7/2015.

## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA



	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	1.517	1.246
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	14,70%	12,03%
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação ( Data da movimentação mais antiga: 04/10/2002 )		
1.6.2.1	2002	1	1
1.6.2.2	2004	1	1
1.6.2.3	2006	4	4
1.6.2.4	2007	1	1
1.6.2.5	2008	1	1
1.6.2.6	2011	1	1
1.6.2.7	2012	5	5
1.6.2.8	2013	31	26
1.6.2.9	2014	159	116
1.6.2.10	2015	302	304
1.6.2.11	Total	506	460

#### Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
  - Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
  - Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016. (fls. 12-14)
  - Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016. (fls. 121-134)
- d.1) Destaca-se que do total de processos sem movimentação há mais de 180 dias, 584 apresentam local físico Cartório não informado, e 230 apresentam local físico Gabinete do Juiz.

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	34	39
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	8
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	211	209
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	10	2
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	149	-



1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	9	-
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	2	-

#### Observações

a) Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro.

b) Primeira verificação em 17/08/2016. (fls. 15-23)

b.1) Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de maio de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

c) Segunda verificação em 01/12/2016. (fls. 135-139)

c.1) Itens 1.6.7 a 1.6.9: devido a inconsistência do sistema à época da segunda verificação, não foi possível a extração dos relatórios.

## PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto ( período : 01/01/1900 a 31/07/2016 )	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	69	29
	Petição Intermediária	404	92
	Mandados	501	0
	AR	60	1

#### Observações

a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.

b) Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 24)

c) Segunda verificação em 01/12/2016. (fl. 140)

## AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	1
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	1
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	1
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	3

#### Observações

a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.



- b) Primeira verificação em 17/08/2016.  
b.1) Itens 1.6.11 a 1.6.15: ao tempo da primeira verificação os relatórios não eram extraídos.  
c) Segunda verificação em 01/12/2016. (fls. 141-144)

## MANDADOS

Indicador		Valor	
		Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	7	12

### Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.  
b) Primeira verificação em 17/08/2016. (fl. 25)  
c) Segunda verificação em 01/12/2016. (fls. 145-146)

## PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador		Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.17	Outros setores				
1.6.17.1	A ser Recebido de Outro Foro	0	0	67	67
1.6.17.2	Contadoria	6	0	1	0
1.6.17.3	Contadoria - Cálculos e Atualizações	0	0	3	0
1.6.17.4	Contadoria - Custas Finais	0	0	9	0
1.6.17.5	Contadoria - Custas Intermediárias	0	0	25	0
1.6.17.6	Distribuição	1	0	1	0
1.6.17.7	Ministério Público	155	8	209	55
1.6.17.8	Oficialato da Infância e Juventude	0	0	5	0
1.6.17.9	Petição Inicial - Ag. Digitalização	4	3	1	1
1.6.17.10	Serviço Social	7	0	6	2

### Observações

- a) Primeira verificação em Julho de 2016 (fl. 26).  
b) Segunda verificação em Outubro de 2016 (fl. 147).

## PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador		Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.18	Quantidade total de processos em carga		1.728		1.660
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.18.1	Cartório da Distribuição	2	2	2	2
1.6.18.2	Contadoria	17	3	95	3
1.6.18.3	Juiz Antônio Carlos Ângelo	23	23	14	14
1.6.18.4	Juiz Eron Pinter Pizzolatti	5	5	4	4



1.6.18.5	Juiz Gustavo Schlupp Winter	62	62	11	11
1.6.18.6	Juiz Klauss Corrêa de Souza	22	22	17	17
1.6.18.7	Juiz Liene Francisco Guedes	21	21	12	12
1.6.18.8	Juiz Mauricio Fabiano Mortari	21	21	16	16
1.6.18.9	Juiz Rachel Bressan Garcia Mateus	1.147	374	1.004	360
1.6.18.10	Juiz Rafael Sandi	0	0	71	0
1.6.18.11	Ministério Público	46	3	77	18
1.6.18.12	Seção de Fotocópias	2	1	1	1
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ					
1.6.18.13	Advogado	320	52	275	143
1.6.18.14	Distrito Policial	6	1	6	5
1.6.18.15	Perito	4	2	3	1
1.6.18.16	Porteiro / Leiloeiro	2	1	2	2
1.6.18.17	Procuradoria	28	22	50	10

Observações

- Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016 (fl. 27).
- Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016 (fl. 148).
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor				
	Primeira verificação		Segunda verificação		
	Total	+30d	Total	+30d	
Atendimento					
1.6.19.1 Cartório - Recebido do Advogado	41	1	63	5	
1.6.19.2 Cartório - Recebido do Contador	0	0	97	96	
1.6.19.3 Cartório - Recebido do Juiz	43	21	27	8	
1.6.19.4 Cartório - Recebido do Promotor	2	1	1	1	
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.6.19.5 Cartório - Ag. confecção de relação	75	25	307	28	
1.6.19.6 Cartório - Aguardando	11	4	25	8	
1.6.19.7 Cartório - Aguardando AR	55	18	99	0	
1.6.19.8 Cartório - Aguardando carta precatória	122	103	41	10	
1.6.19.9 Cartório - Aguardando mandado	89	31	26	4	
1.6.19.10 Cartório - Aguardando publicação relação	235	107	601	205	
1.6.19.11 Cartório - Arquivar	82	25	117	83	
1.6.19.12 Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0	
1.6.19.13 Cartório - Escaninho do Advogado	1	1	0	0	
1.6.19.14 Cartório - Escaninho do Juiz	540	290	285	46	
1.6.19.15 Cartório - Escaninho do Promotor	16	4	15	0	
1.6.19.16 Cartório - Escaninho Juiz	85	2	17	4	



(assinaturas)

1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	37	15	22	5
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0	0	0	0
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	162	80	253	42
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	145	13	256	168
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	32	6	113	8
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória Organização/juntada	0	0	0	0
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	8	0	47	6
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	12	1	14	0
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Primeira verificação em 17/08/2016 (fl. 28) Escaninho do Juiz (fls. 29-40).
- Segunda verificação em 01/12/2016 (fl. 149) Escaninho do Juiz (fls. 150-156).
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

## 1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	468	293
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	261	168
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	308	218
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	16	1
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	143	133

Observações

- Padrão de conformidade:



- a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.  
a.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.  
b) Primeira verificação em 17/08/2016. (fls. 41-81)  
c) Segunda verificação em 01/12/2016. (fls. 157-164)

1.7.8	Réu Preso Provisório	13	15
	Réu Preso Definitivo	53	50
	Total	66	65

Observações

a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

- b) Primeira verificação em 17/08/2016. (fls. 49-51)  
c) Segunda verificação em 01/12/2016. (fls. 165-167)

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]

## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Alimentado	Alimentado



#### Observações

a) Primeira verificação em 17/08/2016 (fls. 55-61).

b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

b.2) Verificou-se que há 908 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 650 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

c.2) Meses faltantes: junho e julho de 2016.

d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d.2) Não há estabelecimentos penais registrados.

e) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

e.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 16-8-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

f) Segunda verificação em 01/12/2016 (fls. 194-198).

g) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

g.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

g.2) Verificou-se que há 623 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 548 estão com a situação "a definir". Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0001939-17.2013.8.24.0163, 0001713-85.2008.8.24.0163, 0001612-09.2012.8.24.0163, [REDACTED], 0001159-19.2009.8.24.0163, 0001125-83.2005.8.24.0163, 0000570-56.2011.8.24.0163, 0000531-59.2011.8.24.0163, 0000363-18.2015.8.24.0163, 0000299-91.2004.8.24.0163, verificou-se que os bens a eles vinculados foram cadastrados no SNBA.

h) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

h.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

i) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

i.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

i.2) Não há estabelecimentos penais registrados.

j) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

j.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

j.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 30-11-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não



existem processos passíveis de inclusão no CNCIAL do CNJ.

## 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1 Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos ( relatório de visita às entidades de acolhimento )	Parcialmente alimentado	Alimentado

### Observações

Não se aplica em face da competência da unidade.

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCJG.

b) Primeira verificação em 17/08/2016 (fl. 62-64).

b.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema, o qual teve o último relatório de visita em 19-12-2014.

c) Segunda verificação em 01/12/2016 (fl. 199).

c.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema, o qual teve o último relatório de visita em 17-11-2016.



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2016.

Geraldo Della Giustina  
Assessor Técnico Correicional - Mat. 3.059

André Pacheco  
Analista Jurídico - Mat. 20.683